

RESENHA

CASTRO, Mariana. MILITARIZAÇÃO E NECROPOLÍTICA DA FRONTEIRA: AS RESPOSTAS DO BRASIL À CRESCENTE MIGRAÇÃO VENEZUELANA. Mural Internacional, Rio de Janeiro, vol. 11, 2020, p. 1-15.

Frederico Cesar Leão Encarnação¹⁰⁷

O artigo é fruto da pesquisa de mestrado de Mariana Castro – apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos da UFRJ – acerca da migração feminina venezuelana para o Brasil após 2017. Com base nos referenciais teóricos que subsidiaram o estudo e nos conhecimentos empíricos obtidos durante visitas realizadas a abrigos situados em Boa Vista e em Pacaraima, no Estado de Roraima, nos meses de junho de 2019 e de janeiro de 2020, a autora analisa a atuação do Brasil frente ao incremento dos fluxos migratórios venezuelanos.

A partir da leitura do provocativo título do texto, ainda que se desconheça o conceito de “necropolítica” formulado pelo camaronês Achille Mbembe, é possível extrair o tom crítico que perpassará o artigo e antecipar

¹⁰⁷ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Estácio de Sá (UNESA). Atualmente é Defensor Público do Estado de Roraima. Foi Defensor Público do Estado do Amazonas (2013-2015).

a opinião da autora em relação “às respostas do Brasil à crescente migração venezuelana”. Na primeira parte do trabalho, Castro apresenta o pensamento de Mbembe, segundo o qual – valendo-se da perspectiva *foucaultiana* de “biopoder” – a “biopolítica” é insatisfatória para a compreensão das relações de poder decorrentes da atual fase do capitalismo. Mais do que por meio da instrumentalização da vida, o poder se manifestaria pela destruição de corpos e de populações. Os mecanismos de gerenciamento da morte daquelas pessoas não inseridas nas relações sociais consubstanciaríamos o “necropoder” – que traz consigo o potencial de criar a política da morte, ou seja, a “necropolítica” (MBEMBE, 2019, p. 11).

Com esteio na definição de “necropolítica” de Mbembe, a autora propõe a noção de “necropolítica da fronteira”, para provocar o leitor sobre a situação de extrema vulnerabilidade vivenciada, notadamente, por migrantes. Para além de fazer morrer, a “necropolítica da fronteira”, idealizada por Castro, atua em um sentido totalizante com os diversos instrumentos de controles dos corpos, ao admitir a concepção de “quais grupos podem se mover, quais podem se estabelecer e sob que circunstâncias”, bem como ao conduzir determinados grupos a sobrevivência em condições mínimas, transformando-os em “mortos-vivos”.

Introduzida a ideia de “necropolítica da fronteira”, ao trazer o exame para o contexto da migração venezuelana, a autora ressalta que as peculiaridades de indígenas, negras/os, mulheres, idosas/os, população LGBTI, dentre outros grupos vulnerabilizados, são rotineiramente ignoradas.

Na segunda etapa do artigo, Castro lembra o crescimento da extrema-direita na Europa e nos Estados Unidos a partir do discurso anti-

imigração, calcado no ideal de unificação da “nação” e de uma identidade cultural homogênea. Não passou despercebida pela autora a atitude do presidente da Hungria, Viktor Orbán, de punir pessoas e entidades pela ajuda na regularização da situação de imigrantes e refugiados no país, no afã de manter identidades “puras”.

No âmbito sul-americano, apesar de presente certo ranço da ideia de comunidades “puras” em manifestações do presidente Bolsonaro e da presidente de fato da Bolívia, Jeanine Áñez, a xenofobia não é o elemento principal da extrema-direita. A autora identifica o surgimento de um novo ciclo político na América do Sul, com a substituição de governos progressistas por governos de direita, constatando-se, dentre outros aspectos, “[...] a adesão ao modelo neoliberal, a desconfiança da política “tradicional” e dos partidos, agenda conservadora nos costumes, agendas sociais não inclusivas, militarização da segurança pública, participação significativa das Forças Armadas no governo, alinhamento aos EUA [...]” (LIMA; PINHEIRO, 2019, p. 1).

O caminho percorrido para contextualização do momento vivido perpassa pelos ensinamentos do sociólogo venezuelano e intelectual de esquerda Edgardo Lander, que identifica no governo de Hugo Chávez (1999-2013) a renovação do modelo petroleiro rentista-estatista, com o preço do petróleo mantendo políticas públicas, e uma maior participação política e social. Com a morte de Chávez em 2013 e com a queda dos preços do petróleo no ano seguinte, instalou-se uma densa crise econômica e política no país, perceptível, algum tempo depois, nas precárias condições de vida da população, na militarização do bolivarianismo e nos conflitos

violentos entre governo e oposição, potencializados pelo apoio do ex-presidente dos EUA, Donald Trump (LANDER, 2020, p. 188).

O deslocamento forçado de milhões de venezuelanas/os, motivado pela instabilidade do país, denominado de “migração do desespero”, é marcado pela heterogeneidade – porquanto envolve pessoas de variados níveis de renda, de graus de escolaridade e de profissões – e por fluxos mistos – ou seja, compreendem refugiados, solicitantes de refúgio e migrantes econômicos.

A autora destaca que planos governamentais criados com a finalidade de amparo aos migrantes, a exemplo do “Grupo Lima” e da “Declaração de Quito”, na realidade acabaram por cancelar a “necropolítica da fronteira”. A pretexto de se perquirir a confirmação da identidade do migrante, países como Chile, Peru e Equador exigiam a apresentação de passaportes para a regularização da situação migratória, mesmo cientes de que a emissão do documento era obstaculizada pelo governo e extremamente custosa pelas vias de mafiosos, aponta Castro. A autora chama atenção, ainda, para a detenção de 2.700 migrantes venezuelanos ocorrida na Colômbia, em maio de 2018, que teriam sido conduzidos de forma coercitiva para a fronteira – episódio anunciado por autoridades colombianas como “retorno voluntário”.

Na terceira parte do artigo, a autora desvenda o motivo subjacente ao aumento expressivo da concessão pelo Brasil do status de refugiados para venezuelanas/os nos últimos anos, por meio da conclusão extraída de sua pesquisa de que tal gesto não corresponde à generosidade transmitida – mas “se explica pela geopolítica de pressão sobre o chavismo e esconde um

acolhimento a partir da militarização e da não efetivação de direitos e da cidadania”.

Aduz Castro, com espeque nos estudos da pesquisadora Marília Closs, existir uma maior valorização da força no Brasil com a direita no poder, a partir dos governos de Temer e de Bolsonaro, que promoveram um crescente protagonismo das Forças Armadas na gestão da questão migratória (CLOSS, 2019). Nesse contexto, contando com a participação do Exército e da ONU, exsurge a Operação Acolhida como a principal resposta do Brasil à migração venezuelana em Roraima e como a primeira missão humanitária em território nacional.

Nessa etapa do trabalho, a autora procura demonstrar a discrepância entre o discurso de acolhimento e a realidade percebida nas ações do poder público, destacando episódios ocorridos em Roraima, como, por exemplo, o fechamento da fronteira com a Venezuela determinado por decisão judicial; a restrição de acesso de estrangeiros a serviços públicos; a constante utilização da migração venezuelana como justificativa para a má prestação de serviços que inflama conflitos entre brasileiros e migrantes.

Ao final, a noção de “necropolítica da fronteira” é revisitada, a partir da descrição de situações presenciadas durante passagem por abrigos em Boa Vista e em Pacaraima, que levaram a conclusão da autora de que “Os abrigos, enquanto um espaço de confinamento, se assemelham a campos de refugiados, e a tutela excessiva, não só por parte do poder executivo como também das ONGs, evidencia o abrigo como a nova fronteira”.

A despeito de discordar quanto à eloquência de determinados trechos – como, por exemplo, quando a autora compara as balizas físicas que servem de organização de filas para classificação dos migrantes no posto da Operação Acolhida com “baías de ferros - bem parecidas com as utilizadas para animais nas grandes indústrias pecuárias”, e no momento em que relata o choro de uma criança imobilizada pela mãe para tomar vacina, aduzindo que a cena conduzia a sensação de estar presente num “zoológico” –, o texto motiva relevantes reflexões sobre a resposta militarizada à questão migratória venezuelana.

Parece-me que, em alguma medida, a crise, de fato, facilitou a legitimação de discursos e práticas intervencionistas capitaneadas pelas Forças Armadas em nome da ação humanitária, mas não se pode olvidar a inestimada contribuição da denominada Operação Acolhida nos eixos de ordenamento de fronteira, de acolhimento e de interiorização de migrantes para outras regiões do país.

Direcionar especial atenção a indígenas, a negras/os, a mulheres, a idosas/os, a população LGBTI não parece ter sido uma escolha em vão da autora e tampouco parece significar a defesa da restrição da ajuda humanitária a grupos específicos. O que se procura, com o apontamento de grupos determinados, é jogar luz sobre a situação de pessoas que são mais atingidas (tanto na origem como no destino) pelas desastrosas consequências da crise.

O texto desafia entidades públicas e privadas, organizações nacionais e internacionais, bem como a academia, ao debate sobre a adequação das ações de acolhimento promovidas pelo Brasil frente ao

incremento dos fluxos migratórios e, pode-se assim dizer, carrega o potencial de incitar transformações de largo alcance político e social.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Mariana. Militarização e Necropolítica da Fronteira: as respostas do Brasil à crescente migração venezuelana. **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 11, 2020, p. 1-15.

CLOSS, Marília Bernardes. Novo ciclo na América do Sul: transformações nos cenários de segurança e defesa na região. **Boletim OPSA**, Rio de Janeiro, n.1, mar/abr. 2019.

LANDER, Edgardo. **Crisis civilizatoria**: Experiencias de los gobiernos progresistas y debates en la izquierda latinoamericana. 1 ed. Alemanha: Transcript Verlag, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: Ed. N-1, 2019.

PINHEIRO, Leticia; LIMA, Maria Regina Soares. O regresso conservador sul-americano. **Boletim OPSA**, Rio de Janeiro, n. 1, mar. 2019.